

**Uma luta de todos: o Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) (1961 a 1974) e a campanha de apoio à autonomia dos povos africanos**

**VIVIANE DE SOUZA LIMA\***

A década de 1960 foi muito importante para os movimentos de libertação nacional das então colônias portuguesas. Um dos foros de disputa era a Organização das Nações Unidas (ONU), onde, a partir de 1961 até a queda da ditadura portuguesa, em 1964, os delegados africanos das 16 nações recém-independentes que tinham assento na entidade faziam pressão política contra o colonialismo português. Eram frequentes as moções condenando Portugal pelo colonialismo, criando comissões para averiguar fatos sobre as guerras coloniais e impondo sanções econômicas ao país. (DÁVILA, 2011: 118)

Nesse mesmo período, eclodia a luta armada nas colônias portuguesas. A primeira grande revolta ocorreu Luanda no dia 4 de fevereiro de 1961. Após uma onda de prisões de nacionalistas em Angola, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) invadiu um presídio para libertá-los. No dia 15 de março, o ato foi seguido de outros ataques promovidos pela União dos Povos Angolanos (UPA que mais tarde se transformaria na Frente Nacional de Libertação de Angola) a assentamentos portugueses e a postos administrativos na fronteira com o Zaire, ao norte do país. Os colonos portugueses reagiram com ataques aos assentamentos angolanos e contra supostos nacionalistas. (Idem, p. 117).

Em Moçambique, o Massacre de Mueda, em 16 de junho de 1960, entrou para os registros históricos como sendo o estopim da luta armada. Obrigados a vender a produção à autoridade local por preços muito baixos, centenas de camponeses foram protestar na frente ao edifício da administração. Com a agitação da multidão e após a prisão de alguns indivíduos considerados *cabeças* do movimento, militares portugueses dispararam contra a multidão. O número de mortos ainda hoje é divergente. Para os

---

\* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestranda em História Social.

moçambicanos, centenas de pessoas foram mortas. Para os portugueses, menos de 20. (CABAÇO, 2007: 232-233)

Após a Segunda Guerra Mundial, principalmente após a década de 1950, ao contrário de outras potências, Portugal acentuou em seus “territórios ultramarinos”<sup>1</sup> os mecanismos administrativos e repressivos, a discriminação racial e o intervencionismo direto do Estado nos processos produtivos. Com a tensão aumentada nas colônias, Lisboa aumenta os efetivos policiais e é criado o Departamento do Ultramar no Ministério da Defesa.

A polícia política portuguesa, a Pide, criada em 1945, é tornada extensiva ao ultramar em 1954. Segundo o historiador Marcelo Bittencourt, na segunda metade da década de 1950, a Pide se instala em Luanda para investigar e sustar as movimentações de angolanos empenhados na divulgação de panfletos anticoloniais e reunido em torno de pequenos grupos ligados a várias organizações políticas. (BITTENCOURT, 2002: 28)

Com a maior perseguição de Portugal, a luta pela libertação das colônias portuguesas em África nos anos de 1960 não era travada apenas dentro de seus territórios. Os movimentos de libertação nacional de Angola, MPLA, e de Moçambique, Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), adotaram estratégias semelhantes de buscar apoio internacional como forma de dar projeção à guerra colonial e pressionar Portugal.

No extenso trabalho de pesquisa realizado para a tese *"Estamos Juntos" O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)*, o historiador Marcelo Bittencourt diz que os adeptos do MPLA atuantes no exterior eram, em sua maioria, jovens estudantes

---

<sup>1</sup> Como uma manobra constitucional, datada de 11 de junho de 1955, as colônias africanas portuguesas passaram a ser chamadas de “províncias ultramarinas” como uma estratégia do ditador Oliveira Salazar de tentar favorecer a imagem de Portugal no cenário internacional, além de evitar futuros problemas junto à ONU e aos países defensores da autonomia para os territórios sob o domínio colonial. Dessa forma, Portugal, cuja admissão nas Nações Unidas estava prevista para dezembro de 1955, não precisaria passar informações quanto à administração das colônias. Salazar também adotou as ideias do lusotropicalismo do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre para justificar a presença nas colônias portuguesas. DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana 1950 – 1980*. Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 30; FIGUEIREDO, Antonio de. "A questão racial em Angola e Moçambique". In: *Política Externa Independente*. Ano I, nº 3, *Civilização Brasileira*, janeiro, 1966, p. 40-56.

nascidos em Angola - negros, mestiços e brancos -, que partiram para a metrópole ao longo dos anos de 1950, ou mesmo já em finais dos anos 1940, com o objetivo de cursar o ensino universitário. (BITTENCOURT, 2002: 57-58)

Muitos nomes que se tornariam líderes dos movimentos de libertação das colônias portuguesas foram alunos da Casa dos Estudantes do Império (CEI). Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade foram alguns que estudaram na instituição que, ao contrário do que pretendia o governo português, se revelou um espaço de fermentação de uma consciência anticolonial e de mobilização a favor da autonomia e da valorização das culturas dos povos colonizados.<sup>2</sup>

Bittencourt mostra ainda que o MPLA também tinha ativistas que haviam ido para outros países da Europa como França e Alemanha Ocidental e, após 1961, quando a polícia portuguesa começou a intensificar a repressão em Portugal, muitos estudantes vieram ao Brasil e criaram aqui um braço do MPLA. Bittencourt também relata as prisões ocorridas após o golpe civil-militar de 1964 de militantes angolanos e brasileiros do MABLA. (Idem, op.cit., 2002: 292-193)

No trabalho realizado por Edmilson Pereira dos Santos (UFF), ele reforça que a política de alianças internacionais adotada pelo MPLA foi mais que uma simples estratégia de ação, mas uma necessidade vital para a resistência e consolidação do movimento no plano interno e externo da luta anticolonial. Isto se explica pelo fato de que nos anos iniciais de sua formação, o MPLA contava com uma frágil atuação militar no terreno angolano. (BITTENCOURT, 2002, apud SANTOS, 2002, p. 26-27).

Nesse contexto de dar projeção internacional à luta de libertação nacional, na década de 1960, o Brasil, mais especificamente os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, foram cenários de atuação um movimento ainda pouco conhecido pela historiografia brasileira. O Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA), criado no início dos anos de 1960, atuou como uma rede de ativistas

---

<sup>2</sup> A Casa dos Estudantes do Império (1944-1965) foi criada no contexto da política imperial do Estado Novo em Portugal com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da mentalidade imperial e do sentimento da *portugalidade* entre os estudantes das colônias africanas. CASTELO, Cláudia. A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. In: 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 9, Lisboa, 2010, p. 2-5)

brasileiros, portugueses antialazaristas e brasileiros a favor da independência das colônias portuguesas.

Composto por militantes de diversas vertentes ideológicas, eles compartilhavam a ideia de se mobilizar para pressionar o governo brasileiro a apoiar a ideia de autonomia e independência dos povos africanos na ONU e de divulgar entre a sociedade brasileira as atrocidades praticadas por Portugal na guerra colonial. (DOS SANTOS, 2010: 47-53) Embora o movimento tivesse uma composição horizontal, sem lideranças, os brasileiros Fernando Augusto Albuquerque Mourão, Sylvio Band e José Maria Nunes Pereira tiveram papéis fundamentais de articulação dos grupos de São Paulo (os dois primeiros) e do Rio de Janeiro (José Maria).

Fernando Mourão chega a dizer que havia três orientações diferentes dentro do MABLA.

Nós precisássemos fazer alguma coisa que o Estado brasileiro viesse a apoiar à causa da libertação das colônias portuguesas. Então aparecem três MABLAS, mas todo mundo se conhecia. Tinha o grupo do engenheiro Sylvio Band, que era do jornal do Partido Comunista; tinha do José Maria Nunes Pereira no Rio, com os estudantes que estavam por lá; e tinha o meu grupo.<sup>3</sup>

Segundo Mourão, dentro de seu grupo, havia uma célula secreta do MPLA. “Uma célula muito fechada composta por um ou dois argelinos do Fundo Nacional de Libertação da Argélia, dois angolanos, um brasileiro, mas ninguém sabia dessa célula”. Embora secreta, a célula coexistia com um grupo maior composto por intelectuais, deputados e outras figuras da extrema esquerda e de direita. “Queríamos unir todos os setores em torno da ideia da independência africana”.

Em entrevista aos historiadores Amílcar Araújo Pereira e Verena Alberti, em 2006, José Maria Nunes Pereira conta que, em julho de 1962, o angolano José Lima de Azevedo chegou ao Rio de Janeiro imbuído da missão de tentar legalizar um bureau de representação do MPLA no Brasil. Pereira diz que para São Paulo, o MPLA também

---

<sup>3</sup> Entrevista concedida à autora 04/07/2015

enviou um dirigente, Fernando da Costa Andrade, que se uniu ao grupo de Fernando Mourão.

Documento do Acervo da Pide na Torre do Tombo, datado de 12 de junho de 1962, um relatório entregue por um informante à Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, relata a chegada do José Lima de Azevedo, membro dos quadros do MPLA, ao Rio de Janeiro, no dia 8 de março, procedente de Gana. Segundo o informante, a missão do militante é criar no Rio de Janeiro um "Bureau" do MPLA. De acordo com o relato, o bureau funcionará na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) provisoriamente, onde à época já havia no hall uma mostra dedicada à Angola "estando ali afixado o número especial da "unidade angolana", órgão do MPLA<sup>4</sup>.

Também chega ao Rio de Janeiro Fidelis Cabral, do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Desta forma, o apartamento de José Maria Nunes Pereira, onde foram residir os angolanos José Lima de Azevedo e José Manuel Gonçalves, e o guineense Fidelis, era uma espécie de sede do MPLA e do PAIGC no Brasil. (DÁVILA, 2011: 148)

Uma das principais frentes de ação dos ativistas do MABLA de São Paulo e do Rio de Janeiro foi mobilizar setores da imprensa com o objetivo de conseguir o apoio da sociedade e do Estado brasileiros à causa da descolonização. Em São Paulo, os jornais Estado de S.Paulo e O Portugal – Democrático, nos quais trabalhavam alguns militantes do MABLA, como o próprio Fernando Mourão e Sylvio Band, respectivamente, foram os principais veículos de ressonância das ideias de libertação das colônias portuguesas. No Rio de Janeiro, os jornais Última Hora e Correio da Manhã também apoiaram a independência.

## **O Brasil e a luta de libertação nacional das colônias portuguesas**

---

<sup>4</sup> Relatório Geral", 12 de junho de 1962, Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola, MABLA-PIDE/ DGS, SC /SR 435 / 61 / ui.3054, folhas 5, 6 e 7; "Informação", 11 de outubro de 1960, "Polícia brasileira", PIDE/DGS, SC Cl (2) 565 u.i. 7023, folhas 4 e 5.

Um dos objetivos desta pesquisa, em andamento, é analisar o porquê do Brasil ter sido, neste período, importante ator para o debate internacional, capitaneado pelo MABLA, sobre a independência das colônias portuguesas? Muitos fatores são fundamentais nessa análise. Um deles é a mudança de postura adotada pela Política Externa Independente implementada por Jânio Quadros (1961) e que teve continuidade na gestão de João Goulart (1961-1964).

Nesse novo cenário, o Brasil ensaiava renunciar à postura de alinhamento dependente do bloco capitalista ocidental e reatava relações diplomáticas com vários países do Leste Europeu. Com relação a Portugal, seu antigo aliado, o Brasil se distanciava e passava a apoiar as independências de Angola e Moçambique, ao mesmo tempo em que criticava o *apartheid* sul-africano. (VIZENTINI, 2003: 24).

Uma ação importante de reaproximação dos países africanos implementada pelo Brasil foi a concessão de bolsas a estudantes africanos. As bolsas de estudo<sup>5</sup> concedidas pelo Ministério das Relações Exteriores beneficiaram não só estudantes de países africanos já independentes, mas também estudantes das colônias portuguesas que viviam em países independentes. (DOS SANTOS, 2010: 34)

Em entrevista concedida a Jerry Dávila, no livro *Hotel Trópico*, o professor Cândido Mendes, que ajudou a desenvolver o programa de intercâmbio durante o Governo de Jânio Quadros, lembra-se de ter percebido que os estudantes da África portuguesa que vinham para o Brasil eram, em sua maioria, “ativistas pela independência” e, com isso, o intercâmbio significava “estar trazendo uma semente subversiva para o Brasil”. (DÁVILA, 2011: 148)

Desta forma, no início da década de 1960, o clima político no Brasil era de efervescência. Os canais de expressão política da sociedade brasileira estavam preparados para receber e apoiar a mensagem nacionalista das colônias portuguesas. Era um momento de intensa movimentação dos sindicatos, universidades e outros setores da

---

<sup>5</sup> Em 2006, a Fundação Alexandre de Gusmão, Ministério das Relações Exteriores, publicou uma série de memorandos do presidente Jânio Quadros, os chamados "bilhetes", nos quais se encontram as ordens para a criação de bolsas de estudo para estudantes africanos. Em um deles, datado de 10/3/61, o presidente aprova a concessão de 20 bolsas em 1961; 40 em 1962; 60 em 1963; 80 em 1964; e 100 em 1965. Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano V, n. 8. Brasília, DF: A Fundação, 2006, p.331.

sociedade. O MABLA soube ocupar esse espaço levando o debate sobre a descolonização para dentro dessas esferas organizando palestras, encontros e outras formas de mobilização.

Outra atuação dos integrantes do MABLA que merece destaque foi o contato com do MABLA com o Itamaraty, dividido entre os grupos que defendiam que o Brasil apoiasse a autonomia a autodeterminação das colônias portuguesas e a aproximação com o continente africano e o que apoiava a continuidade do alinhamento do País ao antigo aliado, Portugal.

José Maria Nunes Pereira, na entrevista já citada, conta que em 1962, ele atua como assessor de Cândido Mendes, então chefe da Assessoria Internacional de Jânio Quadros. Pereira é encarregado pela UNE e pelo Itamaraty de receber os 17 africanos vindos ao Brasil como bolsistas do governo brasileiro. Ele cita que nesse grupo estão o guineense Fidelis Cabral e o cabo-verdiano Cristóvão Morais. “Este é um período de extrema ambiguidade do Itamaraty”.

Bem ilustrativo do posicionamento dúbio do Itamaraty na década de 1960 são as votações das resoluções de apoio à autonomia dos povos africanos votadas na ONU. O Brasil só deu um voto à favor da independência de Angola, em janeiro de 1962. Em todas as outras votações com conteúdos semelhantes, o País se absteve ou votou contra as resoluções que pressionavam o colonialismo português. (RODRIGUES, 1965: 371 apud DÁVILA, 2011: 119)

Fernando Mourão também destaca o contato do MABLA com setores do Itamaraty que eram favoráveis à aproximação do Brasil da África.

Os diplomatas viram que o Brasil não aparecia em nenhum manual de Relações internacionais. Então disseram: temos que fazer alguma coisa para que o Brasil apareça. Ficar ao lado dos Estados Unidos não era vantagem nenhuma. Então, nós tínhamos que ir para um campo novo que era a África.<sup>6</sup>

No início da Política Externa Independente, o então presidente Jânio Quadros tentou reposicionar o Brasil nas votações da ONU. Ao nomear Afonso Arinos como

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida à autora 04/07/2015

chanceler, suas instruções iniciais eram que “o Brasil não se ligará à política colonialista de Portugal na África”. (ARINOS, 1968: 143 apud DÁVILA, 2011: 125)

Após o início da guerra colonial, Arinos foi enviado ao um encontro com Antonio de Oliveira Salazar para convencê-lo de aceitar a descolonização e informá-lo de que o Brasil não iria mais apoiar Portugal na ONU. Apesar da eloquência do brasileiro, o português se manteve irredutível. Ao voltar ao Brasil, Arinos e Jânio redigem uma minuta em que o Brasil declara o apoio à autonomia dos povos africanos. No entanto, uma carta do embaixador brasileiro em Lisboa, Negrão de Lima, demoveu o presidente brasileiro da decisão. (DÁVILA, 2011: 126)

O golpe de 1964 deu fim à Política Externa Independente, que ainda havia tido algum fôlego no governo de João Goulart. Mas a movimentação do grupo do Itamaraty que defendia a aproximação do Brasil da África ainda seguiu com outras ações, inclusive resultando no fato de ter sido o Brasil o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em 1975.

Após o golpe civil-militar, o MABLA perdeu força por algumas razões: a prisão de muitos de seus colaboradores e apoiadores, principalmente angolanos<sup>7</sup>, e a saída do Brasil de muitos estrangeiros. No entanto, a ideia de aproximar o Brasil dos países africanos, principalmente os de língua oficial portuguesa, e de contribuir para suas independências não havia desaparecido. Muitos ativistas do extinto MABLA continuaram a militar a favor da autonomia das colônias portuguesas até as datas de suas independências. (Idem. op.cit, p. 134)

---

<sup>7</sup> No livro *Tortura e Torturados*, o jornalista Marcio Moreira Alves descreve as prisões de estudantes africanos das colônias portuguesas, muitos deles com bolsas concedidas pelo Ministério das Relações Exteriores. Alves relata a prisão no Rio de Janeiro e em São Paulo dos angolanos José Lima de Azevedo, Fernando Costa Andrade, José Maria Gonçalves, Paulo dos Santos Matoso; de Fidelis Cabral, do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC); do cabo-verdiano Cristophe Moraes, do português Antônio Louro e José Maria Nunes Pereira, que criaram no Brasil o Comitê Português Anticolonialista; e dos brasileiros José Maria Nunes Pereira e Eloy dos Santos. Segundo Alves, os interrogatórios a que os africanos detidos eram submetidos versaram exclusivamente sobre a África e Portugal, acerca de suas atividades no Brasil e em outros países, a favor dos Movimentos de Libertação das Colônias Portuguesas. Os interrogatórios eram supervisionados pessoalmente por agentes da PIDE. ALVES, Marcio Moreira. *Torturas e Torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

## BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. PEREIRA, Amilcar Araujo. Entrevista com José Maria Nunes Pereira. *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, nº 39, 2007. Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CBwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fbibliotecadigital.fgv.br%2Ffojs%2Findex.php%2Freh%2Farticle%2Fdownload%2F2563%2F1525&ei=xBnxU9rgCNaoyATOk4GgDg&usq=AFQjCNGtQSRyZguS6waU8i9nU9SmV1K7ew&sig2=STqZbejJxqchVvEcpHn1rg&bv=73231344,d.aWw&cad=rjt>. Acesso em: 03/03/2014

ALVES, Marcio Moreira. *Torturas e Torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

ARINOS, Afonso. *Planalto: Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

BITTENCOURT, Marcelo. *As linhas que formam o "EME" - um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola*. Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1996.

\_\_\_\_\_. *"Estamos Juntos" O MPLA e a Luta Anticolonial (1961-1974)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2002.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2007.

CALONGA, Maurilio Dantielly. *O Jornal e suas representações: objeto ou fonte da história?* Artigo publicação em *Comunicação & Mercado/UNIGRAN* - vol. 01, n. 02 – edição especial, Dourados: 2012. Disponível em: <http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/1N2/7.pdf>. Acesso em 11/08/2014.

CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria L. *O Bravo Matutino*. São Paulo: Editora Alfa-Romeu, 1980.

CASTELO, Cláudia. *A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial*. In: 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 9, Lisboa, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral – memória, tempo, identidades*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica: 2010.

DOS SANTOS, José Francisco. *Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (Mabla) – “Um amplo movimento”*: relação Brasil e Angola de 1960 a 1975. São Paulo: PUC, 2010.

DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana 1950 – 1980*. Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DOS SANTOS, José Francisco. *Apontamentos sobre Política Externa Brasileira para o continente africano pós-Segunda Guerra Mundial até o Governo Ditatorial de Geisel*. XI Seminário de Ciências Sociais. Maringá: 2013. Disponível em: <http://www.dcs.uem.br/xiseminario/gtiv/a5.pdf>. Acesso em 01/08/2014.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOHLFELDT, Antonio. Grabauska, Fernanda. *Pioneiros da Imprensa em Moçambique - João Albasini e seu irmão*. Artigo apresentado na Revista Brazilian Journalism Research, Volume 6, Número 1, 2010. Disponível em <http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/255>. Acesso em 01/03/2014.

\_\_\_\_\_. SANTOS, James Machado dos. *Síntese histórica da imprensa moçambicana: tentativa de interpretação*. Trabalho apresentado no GP de História do Jornalismo do IX Encontro de Grupos de Pesquisa em Comunicação, XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba: Universidade Positivo, 2009.

LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. In: História e Memória. 5º Ed. Trad. Bernardo Leitão et.al, Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

LUCA, Tania Regina de. *Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: Fontes Históricas. Org. Carla Bassanegi Pinsky. São Paulo: Contexto. 2005.

MASSINGUE, Maria Cremilda. *A imprensa, o Estado e a Democracia*. Maputo: Promédia, 2000.

MELO, Ovídio de A. *Recordações de um Removedor de mofo no Itamaraty: Relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.



PEREIRA, José Maria Nunes. *Os estudos africanos no Brasil - um estudo de caso: o CEAA*. In: Los Estudios sobre África Y Afroamérica en América Latina. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires: 2008. Disponível em: <http://bvsde.org.ni/clacso/publicaciones/african.pdf>. Acesso em 01/08/2014

REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. *Brasil, África, Portugal: da política externa independente à CPLP*. São Paulo: In Revista eletrônica Leviathan de Pós-Graduandos da Faculdade De Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/dcp/leviathan/index.php/leviathan/article/view/5>. Acesso em 01/09/2013.

RODRIGUES, José Honório. *Brazil and Africa*. Berkeley: University of California Press, 1965.

SANTOS, Edmilson. *O MPLA no Brasil: A Campanha pela Independência de Angola no contexto político brasileiro (1960-1964)*. Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2007

SARAIVA, José Flávio Sombra. *África parceira do Brasil atlântico – relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.